

Concurso Público para provimento dos cargos efetivos do Município de Senador Canedo-GO

ANALISTA DE CONTROLE INTERNO – ENGENHARIA CIVIL

CADERNO DE QUESTÕES

21/06/2026

DISCIPLINA	QUESTÕES
Legislação aplicada ao Setor Público	01 a 10
Auditoria Governamental e Controle Interno	11 a 30
Conhecimentos Específicos	31 a 50
Prova Discursiva	-

SOMENTE ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

Atenção: Transcreva no espaço designado do seu CARTÃO-RESPOSTA, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

Os dias chuvosos podem ser alegres.

1. Quando for autorizado abrir o caderno de questões, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro exemplar ao fiscal de sala.
2. Este caderno é composto por questões de múltipla escolha e prova discursiva. Cada questão de múltipla escolha apresenta 04 (quatro) alternativas de respostas, das quais apenas uma é a correta. A prova discursiva consiste na elaboração de ato próprio de auditor ou parecer técnico, versando sobre auditoria governamental e controle interno e conhecimentos específicos, e deverá ser respondida em, no máximo, 30 (trinta) linhas.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro no preenchimento. Ao recebê-lo, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro de impressão, notifique o fiscal de sala.
4. Assinale as respostas no cartão-resposta com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, preenchendo integralmente apenas um alvéolo por questão. O(A) candidato(a) que marcar o cartão-resposta com rasura ou fizer mais de uma marcação por questão, ainda que legível, ou não preencher o campo de marcação corretamente ou não marcar a questão no cartão-resposta, terá pontuação 0,0 (zero) na questão.

CONCURSO PÚBLICO

LEGISLAÇÃO APLICADA AO SETOR PÚBLICO

Questões de 01 a 10

QUESTÃO 01

Segundo o art. 37, da Constituição Federal de 1988, funções de confiança e cargos em comissão têm características específicas quanto ao preenchimento. Considerando o texto constitucional, funções de confiança são exercidas por

- (A) servidores lotados em cargos em comissão, livres de exoneração, e que se destinam a atribuições técnico-científicas.
- (B) servidores efetivos, acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- (C) servidores temporários, desde que posteriormente aprovados em concurso público de provas ou de provas e títulos.
- (D) servidores efetivos ou comissionados, nos percentuais mínimos previstos em lei, destinados apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

QUESTÃO 02

A ética no serviço público envolve valores e padrões que orientam a atuação do agente estatal. De acordo com fundamentos da ética administrativa, a conduta ética

- (A) limita-se ao cumprimento formal da lei.
- (B) envolve integridade, respeito e responsabilidade.
- (C) pode ser ajustada conforme oportunidade e conveniência.
- (D) é definida pelos servidores do órgão, mudando ao longo do tempo.

QUESTÃO 03

Um servidor comete irregularidade funcional que ocasiona prejuízo ao erário. Nesse caso, considerando os regimes de responsabilização,

- (A) a condenação penal impede responsabilizações civil e administrativa.
- (B) a absolvição administrativa impede responsabilização na esfera penal.
- (C) as responsabilidades administrativas, civil e penal são independentes entre si e podem ser cumuladas.
- (D) as responsabilizações administrativa e civil dependem do trânsito em julgado da ação penal.

QUESTÃO 04

Um administrado punido busca revisão da sanção aplicada, alegando ilegalidade. Nesse caso, ele tem a faculdade de questionar tal fato em sede de controle administrativo, que poderá

- (A) substituir o controle judicial no controle de constitucionalidade e legalidade.
- (B) negar a reavaliação da questão, em razão da vedação da autotutela.
- (C) anular atos ilegais, desde que assegure o contraditório e ampla defesa.
- (D) reavaliar o mérito administrativo em fase recursal, sem motivação.

QUESTÃO 05

Leia o caso a seguir.

Durante a análise de um procedimento de contratação, unidades internas do órgão verificam impropriedades formais e adotam medidas para seu saneamento, enquanto o tribunal de contas, ao examinar o mesmo processo, aplica critérios de oportunidade, materialidade, relevância e risco.

Nesse caso, nos termos da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o controle envolve

- (A) atuação preventiva, composta por agentes das linhas de defesa e órgãos de controle, que devem aplicar critérios objetivos, imparciais e elaborar relatórios tecnicamente fundamentados durante a fiscalização.
- (B) medidas iniciais de prevenção e controle, tomadas pelo órgão central de controle interno e pelo tribunal de contas, com acesso irrestrito aos documentos e às informações necessárias à realização dos trabalhos, a saber, a primeira linha de defesa.
- (C) atividades de assessoramento jurídico para verificar atos da primeira linha, com foco em regularidade documental e acesso aos atos publicizados no processo, configurando-as como sendo a segunda linha de defesa.
- (D) constatação de impropriedade formal, com remessa imediata ao Ministério Público de cópias dos documentos cabíveis para apuração dos ilícitos de sua competência, independentemente de risco ou dano ao interesse público.

QUESTÃO 06

Em Senador Canedo, ocorrendo vacância dos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito no terceiro ano do mandato, o preenchimento ocorrerá

- (A) por eleição direta, conduzida pelo Tribunal Regional Eleitoral, em até noventa dias após a primeira vaga.
- (B) por assunção definitiva do Presidente da Câmara, que é o sucessor legítimo do cargo.
- (C) por eleição direta, conduzida pelo Tribunal Regional Eleitoral, em até trinta dias após a abertura da última vaga.
- (D) por eleição realizada pela Câmara Municipal em até trinta dias após a abertura da última vaga.

QUESTÃO 07

A Lei nº 1.488/2010 descreve as formas pelas quais um cargo público municipal pode ser preenchido. São formas de provimento de cargo público, nos termos do estatuto, a nomeação, a promoção, a readaptação, a reversão, o aproveitamento e

- (A) a recondução.
- (B) a remoção.
- (C) a exoneração.
- (D) o remanejamento.

QUESTÃO 08

Servidor responsável pelo serviço de informações recusou, sem fundamento legal, o fornecimento de dado público e ainda retardou deliberadamente a resposta. Nos termos da Lei nº 12.527/2011, essa conduta

- (A) configura irregularidade meramente formal, resolvida com orientação administrativa, salvo se gerar consequências se houver dano financeiro direto ao requerente.
- (B) acarreta obrigação de responder ao pedido em prazo posterior, cabendo responsabilização somente se houver dano financeiro direto ao requerente.
- (C) enseja responsabilidade, podendo caracterizar infração administrativa e até mesmo ato de improbidade.
- (D) enseja responsabilidade, podendo caracterizar infração administrativa, civil e penal, por ser prática de favorecimento pessoal.

QUESTÃO 09

O Tribunal de Contas exerce função relevante na fiscalização da administração pública. Uma de suas competências constitucionais é

- (A) aprovar previamente todas as leis orçamentárias da União.
- (B) determinar abertura de crédito suplementar em favor de órgãos federais.
- (C) emitir parecer conclusivo sobre projetos de lei ordinária.
- (D) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por recursos públicos.

QUESTÃO 10

Instrumento de planejamento governamental que estabelece diretrizes, objetivos e metas da administração pública para despesas de capital e programas de duração continuada, com vigência de quatro anos. Tal instrumento é denominado de

- (A) orçamento fiscal.
- (B) plano plurianual.
- (C) diretriz orçamentária.
- (D) demonstrativo de metas fiscais.

RASCUNHO

AUDITORIA GOVERNAMENTAL E CONTROLE INTERNO
Questões de 11 a 30**QUESTÃO 11**

Nos termos da Constituição Federal de 1988, as disposições relativas ao dever de execução das programações orçamentárias, às hipóteses de impedimento técnico e ao anexo de agregados fiscais na lei de diretrizes orçamentárias

- (A) abrangem todos os orçamentos previstos na lei orçamentária anual, incluindo o de investimentos das estatais.
- (B) aplicam-se exclusivamente aos orçamentos fiscal e da seguridade social da União.
- (C) estendem-se a planos e programas nacionais, regionais e setoriais, desde que compatíveis com o plano plurianual.
- (D) vinculam os orçamentos da União quanto os dos Estados e Municípios, em razão do princípio orçamentário da unidade.

QUESTÃO 12

Com base na Lei Complementar nº 101/2000, a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de

- (A) estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois anteriores.
- (B) parecer técnico do Tribunal de Contas competente e comprovação de que o benefício está previsto na lei de diretrizes orçamentárias.
- (C) autorização legislativa específica e demonstração de que será compensada por redução de despesa discricionária.
- (D) comprovação de que não afetará as metas fiscais ou de que será compensada por aumento de receita.

QUESTÃO 13

Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte. Esse dispositivo consagra o princípio da

- (A) neutralidade.
- (B) impessoalidade.
- (C) regressividade.
- (D) progressividade.

QUESTÃO 14

Após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo deve estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso. Caso seja verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas fiscais, os Poderes e o Ministério Público deverão

- (A) promover a limitação de empenho e movimentação financeira, observando os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias, sem atingir despesas que constituam obrigações constitucionais e legais.
- (B) determinar a suspensão parcial das despesas discricionárias, incluindo aquelas vinculadas a obrigações constitucionais, até a recomposição da receita prevista.
- (C) autorizar o cancelamento das dotações orçamentárias destinadas ao serviço da dívida ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias, priorizando a manutenção das despesas de caráter continuado.
- (D) submeter ao Poder Executivo proposta de reestimativa de receita, para que este proceda à limitação de empenho mediante aprovação legislativa.

QUESTÃO 15

O Relatório de Gestão Fiscal deve ser publicado pelos Poderes e pelo Ministério Público ao final de cada quadrimestre. Esse relatório tem por finalidade dar transparência à execução orçamentária e conter informações sobre

- (A) a evolução da receita corrente líquida, os demonstrativos de renúncia de receita e os resultados primário e nominal.
- (B) a execução dos programas governamentais, os indicadores de desempenho setorial e a memória de cálculo das metas fiscais.
- (C) os limites de despesa com pessoal, a dívida consolidada e mobiliária, as operações de crédito, as concessões de garantia e a inscrição em Restos a Pagar.
- (D) os demonstrativos da arrecadação tributária, os incentivos fiscais concedidos e a evolução patrimonial dos entes federativos.

QUESTÃO 16

No último quadrimestre de seu mandato, um prefeito ordena a contratação de serviços que geram despesa superior à disponibilidade de caixa existente, sabendo que parte da obrigação não poderá ser paga no mesmo exercício financeiro. Nesse caso, a conduta do agente público

- (A) configura infração administrativa, sujeita a multa de até 20% dos vencimentos anuais, aplicada pelo Tribunal de Contas.
- (B) caracteriza ato de improbidade administrativa, punido com suspensão de direitos políticos.
- (C) corresponde à ilícito político-administrativo, sujeito a processo de responsabilidade perante a Câmara Municipal.
- (D) constitui crime contra as finanças públicas, punido com reclusão de um a quatro anos.

QUESTÃO 17

Na NBC TA Estrutura Conceitual, o trabalho de asseguarção é caracterizado pela obtenção de evidências apropriadas e suficientes para aumentar o grau de confiança dos usuários previstos sobre a informação do objeto. O resultado da mensuração ou avaliação do objeto corresponde

- (A) ao relatório emitido pelo auditor independente após a execução dos procedimentos.
- (B) à informação obtida pela aplicação dos critérios ao objeto.
- (C) às evidências coletadas durante o processo de avaliação do objeto.
- (D) à conclusão sobre a adequação dos critérios utilizados na mensuração.

QUESTÃO 18

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, os créditos da Fazenda Pública, lançados mas não cobrados ou não recolhidos no exercício de origem, constituem dívida ativa a partir da data de sua inscrição. Considera-se dívida ativa não tributária o crédito proveniente de

- (A) obrigações legais relativas a tributos e respectivos adicionais e multas, inscritas após o vencimento e apuradas quanto à sua liquidez.
- (B) receitas patrimoniais previstas na lei orçamentária anual, desde que não arrecadadas no exercício e inscritas como dívida ativa até o encerramento do exercício seguinte.
- (C) empréstimos compulsórios, contribuições estabelecidas em lei e multas de qualquer origem não tributária.
- (D) operações de crédito contratadas com instituições financeiras, cujo pagamento esteja vinculado a recursos de capital e não tenha sido quitado no exercício de origem.

QUESTÃO 19

A evidência de auditoria compreende as informações utilizadas pelo auditor para chegar às conclusões em que se fundamentam a sua opinião. Quando a evidência de auditoria utilizada tiver sido elaborada com base no trabalho de um especialista da administração, o auditor deve

- (A) avaliar a competência, as habilidades e a objetividade do especialista, obter entendimento do trabalho realizado e julgar a adequação desse trabalho como evidência.
- (B) aceitar o trabalho do especialista, desde que o relatório esteja assinado e acompanhado de documentação técnica.
- (C) considerar a reputação profissional do especialista, independentemente da análise da metodologia empregada ou da relevância das conclusões apresentadas.
- (D) verificar se o especialista possui registro ativo em conselho profissional, bem como sua atuação em trabalhos anteriores.

QUESTÃO 20

De acordo com a Constituição Federal de 1988, as decisões do Tribunal de Contas da União que resultem em imputação de débito ou aplicação de multa

- (A) têm natureza opinativa, servindo como subsídio para o controle externo parlamentar.
- (B) possuem eficácia de título executivo, permitindo a cobrança judicial imediata do valor devido.
- (C) exigem manifestação do Poder Executivo para que sejam consideradas plenamente exequíveis.
- (D) dependem de homologação pelo Congresso Nacional para que possam produzir efeitos jurídicos.

QUESTÃO 21

O risco nos trabalhos de asseguarção é tratado de forma distinta conforme o nível de segurana a ser obtido. No trabalho de asseguarção limitada, o auditor deve reduzir o risco para um nível que seja aceitável nas circunstâncias, mas ainda superior ao de asseguarção razoável. Nesse caso, a conclusão do auditor deve

- (A) transmitir se, com base nos procedimentos realizados e evidências obtidas, algum assunto chegou ao seu conhecimento de forma a levá-lo a acreditar que a informação do objeto está relevantemente distorcida.
- (B) declarar se, em conformidade com os critérios aplicáveis e considerando os resultados obtidos no processo de mensuração e avaliação, o objeto examinado está livre de distorções relevantes.
- (C) afirmar se, levando em conta os mecanismos de supervisão e monitoramento existentes, os controles internos da entidade demonstraram eficácia suficiente para prevenir e corrigir distorções relevantes na informação do objeto.
- (D) certificar se, em consonância com os critérios estabelecidos e evidências disponíveis, o nível de risco foi reduzido a patamar equivalente à segurana plena sobre a informação do objeto mensurado.

QUESTÃO 22

Ao definir os testes de auditoria para obtenção de evidência, o auditor deve selecionar os itens a serem testados de modo a

- (A) assegurar que todos os registros contábeis da entidade sejam testados adequadamente, com metodologia apropriada.
- (B) priorizar os itens de maior valor monetário, dispensando a análise de transações de menor relevância.
- (C) contemplar documentos originais emitidos pela entidade, desconsiderando os registros eletrônicos em virtude de sua menor confiabilidade.
- (D) garantir que a seleção seja eficaz para cumprir os objetivos do procedimento, podendo incluir o exame de todos os itens de uma população.

QUESTÃO 23

O objetivo do auditor, ao usar a amostragem em auditoria, é o de proporcionar uma base razoável para concluir quanto à população da qual a amostra é selecionada. Quando o auditor identifica uma distorção em amostra de testes de detalhes e considera que se trata de uma anomalia, ele deve

- (A) excluir a distorção da projeção para a população, independentemente de sua representatividade.
- (B) projetar a distorção para a população, avaliando criticamente o resultado dos testes em decorrência do conhecimento prévio acerca da anomalia.
- (C) estabelecer nível razoável de confiança, mediante procedimentos estatísticos alternativos, que lhe permita concluir suficientemente quanto à população.
- (D) obter alto grau de certeza de que a distorção não é representativa da população, mediante execução de procedimentos adicionais de auditoria.

QUESTÃO 24

O déficit público representa o desequilíbrio entre receitas e despesas, sendo que sua cobertura deve observar regras específicas de responsabilidade fiscal. Quando verificado déficit na execução orçamentária, o Poder Executivo deve

- (A) cobri-lo a partir das fontes de recursos autorizadas e indicadas previamente na Lei de Orçamento.
- (B) compensá-lo por meio da inscrição de restos a pagar não processados, desde que haja saldo suficiente em créditos pluriennais.
- (C) absorvê-lo pelo superávit do orçamento corrente, que constitui item da receita orçamentária.
- (D) neutralizá-lo por meio de renúncia de despesa fixada, desde que acompanhada de medidas compensação.

QUESTÃO 25

O Modelo de Capacidade de Auditoria Interna para o setor público (IA-CM) organiza a evolução da atividade de auditoria em níveis de maturidade. O Nível 5 – Otimizado caracteriza-se por

- (A) práticas e procedimentos de auditoria interna sustentáveis e estruturados.
- (B) compartimentalização das informações disponíveis para a auditoria interna.
- (C) aprendizagem e melhoria contínua da auditoria interna.
- (D) aplicação focalizada das práticas de gestão e auditoria interna.

QUESTÃO 26

O relatório é o documento pelo qual a Auditoria Interna apresenta o resultado dos seus trabalhos, devendo ser redigido com objetividade e imparcialidade, de forma a expressar, claramente, suas conclusões. O relatório da Auditoria Interna deve ser

- (A) enviado prioritariamente aos órgãos externos de controle, como forma de assegurar a imparcialidade da auditoria.
- (B) publicado nos sítios eletrônicos oficiais ou em outros meios de ampla divulgação gratuita, a fim de atender às exigências de transparência.
- (C) encaminhado a quem tenha solicitado o trabalho, devendo ser preservada a confidencialidade do seu conteúdo.
- (D) aprovado pela administração da entidade, antes de sua remessa ao órgão competente responsável pela governança.

QUESTÃO 27

O planejamento da auditoria envolve a definição de estratégia global para o trabalho e o desenvolvimento de plano de auditoria. Durante a etapa de planejamento, o auditor deve

- (A) estabelecer a estratégia global de auditoria, com definição do alcance, época e direção da auditoria, sendo defeso ao auditor efetuar quaisquer alterações.
- (B) considerar a discussão de aspectos da auditoria com a administração da entidade, a fim de facilitar a condução dos trabalhos.
- (C) desenvolver o plano de auditoria, incluindo o envolvimento de especialistas, uma vez que não compete ao auditor se imiscuir em questões de ordem técnica.
- (D) emitir opinião prévia acerca dos trabalhos a serem desenvolvidos, como forma de assegurar que não ocorram ruídos na comunicação junto à administração.

QUESTÃO 28

Determinadas condutas e ajustes celebrados pelos entes federativos são equiparados às operações de crédito. Configura equiparação à operação de crédito:

- (A) a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas pelo ente da Federação.
- (B) a assunção de obrigação entre pessoas jurídicas integrantes do mesmo Estado, Distrito Federal ou Município.
- (C) os parcelamentos de débitos preexistentes junto a instituições não financeiras que não aumentem o montante da dívida consolidada líquida.
- (D) o uso de instrumentos de derivativos financeiros.

QUESTÃO 29

No modelo das Três Linhas de Defesa, a responsabilidade da gestão em atingir os objetivos organizacionais é distribuída entre papéis de primeira e segunda linha. Os papéis da segunda linha caracterizam-se por

- (A) liderar e dirigir ações operacionais, aplicando recursos diretamente na entrega de produtos e serviços aos clientes.
- (B) fornecer expertise complementar, apoio, monitoramento e questionamento quanto ao gerenciamento de riscos.
- (C) prestar avaliação independente e objetiva sobre a adequação e eficácia da governança e do gerenciamento de riscos.
- (D) assumir a prestação de contas perante os stakeholders pela supervisão organizacional e definição do apetite a riscos.

QUESTÃO 30

Com base no que estabelece a Constituição Federal de 1988, o Tribunal de Contas da União (TCU), ao verificar ilegalidade em ato administrativo, pode assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei. Se não atendido, cabe ao TCU

- (A) encaminhar representação ao Poder Executivo para decidir sobre a penalidade a ser aplicada em até noventa dias.
- (B) aplicar multa proporcional ao dano causado ao erário, com prévia comunicação ao Congresso Nacional.
- (C) sustar a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.
- (D) declarar a revogação do ato administrativo, com eficácia imediata de seus efeitos, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

QUESTÃO 31

O ensaio de abatimento do tronco de cone define a classe do concreto segundo sua consistência no estado fresco. Um concreto aplicado a elementos estruturais, com lançamento bombeado, deve ter sua classe de consistência definida pelo abatimento entre

- (A) 10 a 50 mm.
- (B) 50 a 100 mm.
- (C) 100 a 160 mm.
- (D) 160 a 220 mm.

QUESTÃO 32

O proporcionamento preciso da dosagem do concreto é crucial para assegurar a sua qualidade e resistência. Desprezando a variação de umidade presente nos agregados e o volume de água de amassamento adicionada ao traço, o proporcionamento de um concreto classe C25, que tenha 3 Kg de ligante e traço de 1:2:3, será de:

- (A) 6,0 kg de areia; 9,0 kg de brita; 3,0 kg de cimento.
- (B) 3,0 kg de areia; 6,0 kg de brita; 9,0 kg de cimento.
- (C) 1,0 kg de areia; 2,0 kg de brita; 3,0 kg de cimento.
- (D) 0,3 Kg de areia; 0,5 kg de brita; 1,0 kg de cimento.

QUESTÃO 33

A compatibilização eficaz de projetos de engenharia, no âmbito do fluxo de trabalho *Open BIM*, não se resume apenas à detecção de interferências, mas também à comunicação e rastreamento da sua resolução. Neste contexto, qual o par de padrões ou protocolos é indispensável para, respectivamente, permitir a federação de modelos de diferentes *softwares* de autoria em uma plataforma de *clash detection* e para gerenciar e comunicar o ponto exato da interferência à equipe de projeto?

- (A) RVT (*Revit*) e CDE (*Common Data Environment*).
- (B) DWG (*Drawing*) e o protocolo CAD (*Computer-Aided Design*).
- (C) IFC (*Industry Foundation Classes*) e BCF (*BIM Collaboration Format*).
- (D) COBie (*Construction Operations Building information exchange*) e XML (*Extensible Markup Language*).

QUESTÃO 34

As dimensões do BIM (*Building Information Modeling*) representam a evolução e a complexidade das informações e dos dados gerenciados, partindo do modelo 3D. Elas são uma forma de classificar os diferentes tipos de informações e usos que podem ser integrados ao modelo digital. A classificação 9D possui foco na

- (A) industrialização, pré-fabricação, modularização e construção fora do local.
- (B) otimização de processos, melhoria da eficiência, redução de desperdício e otimização do fluxo de valor.
- (C) saúde e segurança do trabalho, na análise de riscos, no planejamento de segurança no canteiro e na mitigação de perigos.
- (D) manutenção e operação, no gerenciamento de ativos, no planejamento de manutenções e na integração com sistemas de gestão predial.

QUESTÃO 35

O Plano Plurianual (PPA), previsto na Constituição Federal Brasileira, constitui um importante instrumento de planejamento governamental, permitindo definir metas da administração pública para despesas de capital. O período de abrangência de um PPA é

- (A) quadrienal, iniciando no segundo ano de mandato até o primeiro ano do mandato seguinte.
- (B) quadrienal, iniciando no primeiro ano de mandato e terminando ao início do mandato seguinte.
- (C) anual, iniciando no início de cada ano fiscal, a partir do primeiro dia de mandato até o último dia do mandato.
- (D) anual, iniciando no segundo ano do mandato, sendo atualizado ao final de cada ano, até o final do primeiro ano do mandato subsequente.

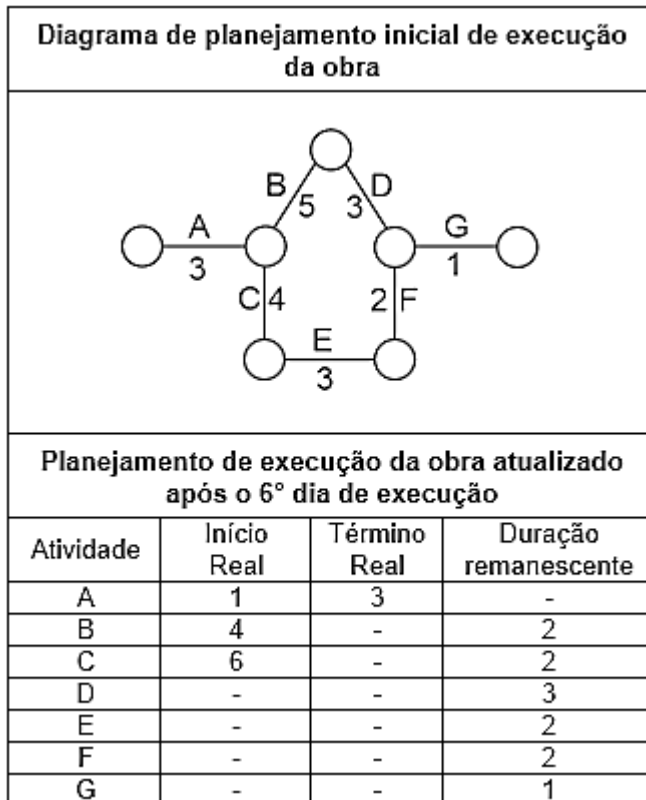
QUESTÃO 36

A NBR 14653 estabelece diretrizes essenciais para o processo de avaliação de bens, de seus frutos e direitos. Considerando situações normais e típicas de mercado, o processo de avaliação feito com base na análise de dados de mercado de bens semelhantes para determinar o valor do bem avaliado, sendo recomendado para situações em que existem várias transações recentes similares que conferem boa precisão à avaliação é o da abordagem de avaliação pelo método:

- (A) capitalização da renda.
- (B) comparação direta.
- (C) evolutivo.
- (D) involutivo.

QUESTÃO 37

Observe o quadro a seguir.



O diagrama contém as atividades previstas para a execução de uma obra e dados de um ajuste de planejamento desta mesma obra, após o 6º dia de execução. Com base no planejamento inicial previsto para a execução da obra e a adequação do planejamento realizado após o 6º dia do início da execução da obra, quantos dias eram necessários para a sua execução, considerando o planejamento inicial, e, quantos dias serão necessários para sua execução após a atualização do planejamento de obra, respectivamente?

- (A) 10 e 12 dias.
 (B) 12 e 14 dias.
 (C) 13 e 14 dias.
 (D) 15 e 16 dias.

QUESTÃO 38

Segundo a Lei nº 2.832/2024, que institui o Sistema de Controle Interno do Município de Senador Canedo, é competência e atribuição do Órgão Central de Controle Interno:

- (A) apoiar o controle externo, mas centralizando, a nível estratégico, o relacionamento com o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM/GO).
 (B) realizar e promover auditorias externas, sendo as auditorias internas e da política de gerenciamento de riscos de responsabilidade do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCM/GO).
 (C) representar diretamente ao chefe do Poder Executivo sobre irregularidades e ilegalidades, sendo vedada, por conflito de interesses, a representação direta ao TCM/GO, por se tratar de órgão de controle externo.
 (D) exercer o acompanhamento sobre a divulgação dos instrumentos de transparência da gestão fiscal, especialmente quanto ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e Relatório de Gestão Fiscal (RGF).

QUESTÃO 39

A Lei nº 14.133/2021 define diferentes tipologias de projeto a fim de definir diretrizes legais para os processos de licitação e contratação no contexto das obras públicas e de engenharia. O projeto que, segundo a Lei, possui o conjunto de elementos necessários e suficientes, com precisão adequada para definir e dimensionar a obra ou o serviço objeto da licitação, elaborado com base nas indicações de estudos técnicos preliminares, que assegura a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilita a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, é o projeto denominado de

- (A) básico.
 (B) *as Built*.
 (C) executivo.
 (D) complementar.

QUESTÃO 40

Segundo a Lei nº 13.303/2016 (Estatuto Jurídico da Empresa Pública, da Sociedade de Economia Mista e de suas Subsidiárias), são admitidos diferentes regimes de contratação de obras e serviços de engenharia. O regime semi-integrado é aplicado a contratações nas quais

- (A) os objetos, por sua natureza, possuam imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários.
- (B) os serviços contratados são comuns e de curta duração, com contratações de profissionais autônomos ou de pequenas empresas para realização dos serviços.
- (C) a obra ou o serviço de engenharia for de natureza predominantemente intelectual e de inovação tecnológica do objeto licitado ou puder ser executado com diferentes metodologias ou tecnologias de domínio restrito no mercado.
- (D) os quantitativos dos serviços possam ser definidos previamente no projeto básico a serem posteriormente executados na fase contratual, em obra ou serviço de engenharia que possa ser executado com diferentes metodologias ou tecnologias.

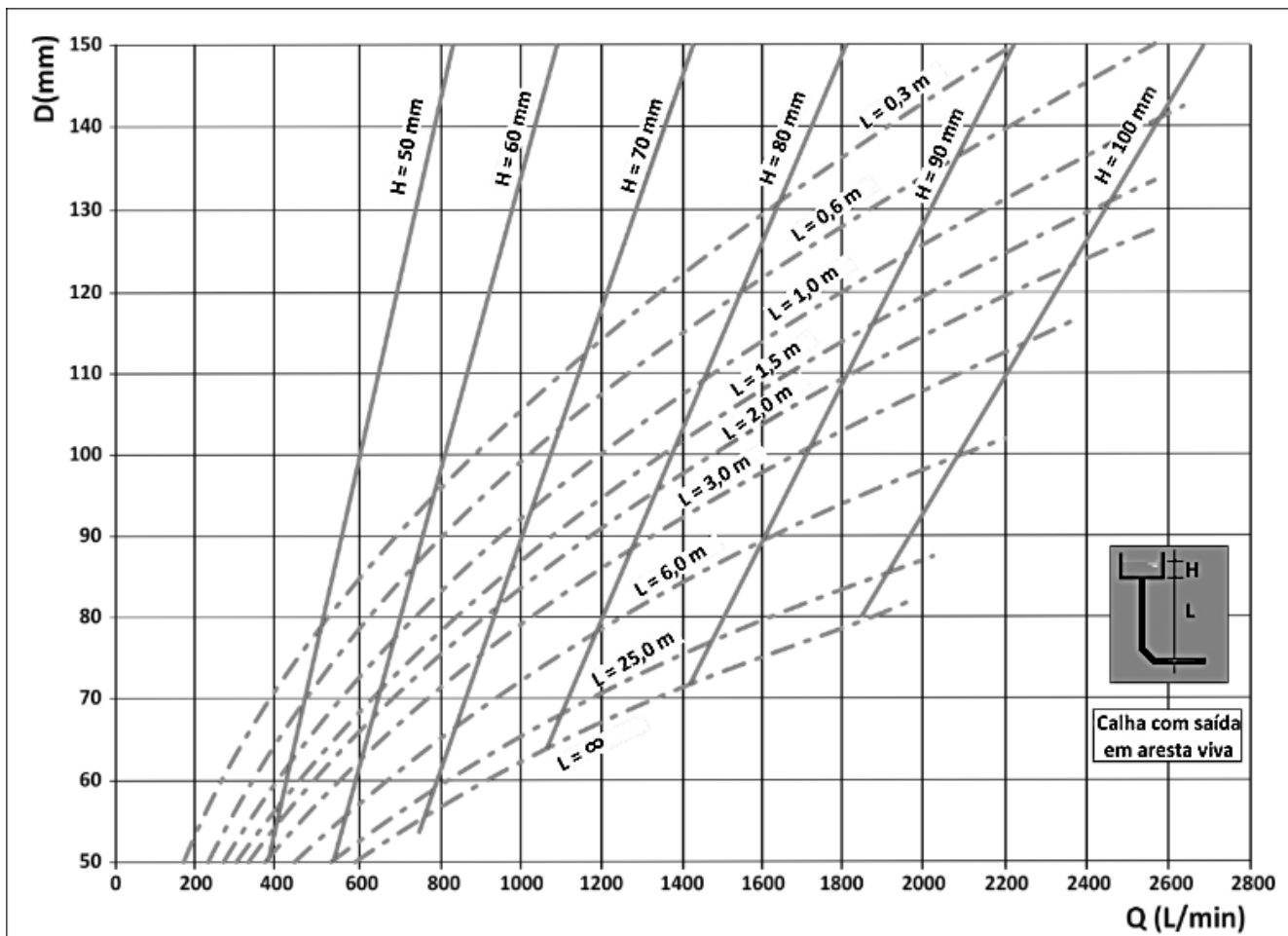
QUESTÃO 41

O Caderno de Encargos é constituído pelo conjunto de discriminações técnicas, critérios, condições e procedimentos para regramento de serviços e obras. Na elaboração do Caderno de Encargos deve-se analisar a estrutura, a composição e a organização, segundo condições gerais e especiais. Assim, quando as condições gerais forem omissas, as condições de execução dos trabalhos que fixam as condições de recebimento das diversas faces de execução devem ser de responsabilidade atribuída pelo

- (A) cliente.
- (B) projetista.
- (C) contratante.
- (D) engenheiro da obra.

QUESTÃO 42

Observe a imagem a seguir.



NBR 10844 (ABNT, 1989). [Adaptado].

Interpretando o ábaco, utilizado para a determinação do diâmetro do condutor vertical em sistemas prediais de águas pluviais, e considerando que a vazão de projeto é de 1.200 L/min, e que a altura da lâmina de água na calha 7,0 cm e o comprimento total do condutor vertical de águas pluviais é 6,0 m, o diâmetro nominal de condutor vertical será igual a

- (A) 50 mm.
- (B) 75 mm.
- (C) 100 mm.
- (D) 150 mm.

QUESTÃO 43

É comum classificar os sistemas de tratamento de esgotos em função do grau de redução dos sólidos em suspensão e da demanda bioquímica de oxigênio (DBO). Assim, qual unidade é considerada uma solução de tratamento primário de esgoto?

- (A) Sistemas de desinfecção.
- (B) Lagoas de maturação.
- (C) Sistemas anaeróbios.
- (D) Caixa de areia.

QUESTÃO 44

As lagoas de estabilização são sistemas de tratamento de esgoto que utilizam a sistemática de processos naturais para a remoção de poluentes, sendo a estabilização da matéria orgânica realizada pela oxidação bacteriológica e/ou redução fotossintética das algas. Dentre as diferentes classificações de lagoas, as lagoas facultativas são caracterizadas por

- (A) operarem com tempos de detenção hidráulica muito curtos (horas) e alta taxa de carregamento orgânico, é tipicamente utilizada em regiões de clima frio para maximizar a degradação.
- (B) operarem em regime estritamente anaeróbio, visando a alta produção de biogás. Possui profundidade elevada (3 a 5 metros) e é a primeira unidade do sistema de tratamento de esgoto.
- (C) realizarem o polimento final, refinando o tratamento prévio de outras lagoas ou processos biológicos. Possuem baixa profundidade (0,8 a 1,5 metros), tem como principal função a remoção de patogênicos por meio da radiação UV e pH elevado.
- (D) realizarem simultaneamente, processos de fermentação anaeróbica, oxidação aeróbia e remoção fotossintética. Próximo à superfície, uma zona anaeróbia de atividade bêntica é sobreposta por uma zona aeróbica de atividade biológica.

QUESTÃO 45

As ações de manutenção predial devem ser sistematizadas e registradas por meio de um Programa de Manutenção que objetiva comprovar a sua execução e fornecer um histórico do ativo, requisito essencial para a conformidade legal e garantia. Assim, o Programa de Manutenção de Edificações visa estabelecer critérios para

- (A) priorizar ações de manutenção corretiva, visto que as soluções de falhas já manifestadas evitam custos desnecessários com inspeções periódicas.
- (B) isentar a responsabilidade do síndico em caso de sinistros, caso haja a contratação de uma empresa terceirizada especializada para a execução de todos os serviços.
- (C) definir atividades essenciais de preservação e de manutenção de desempenho da edificação, sua periodicidade, responsáveis pela execução, documentos de referência, referências normativas, recursos necessários e atualizações continuadas.
- (D) definir a periodicidade das ações de manutenção que não devem ultrapassar 5 anos para elementos estruturais, 3 anos para fachadas e revestimentos, 1 ano para instalações elétricas e hidrossanitárias, semestral para coberturas e mensal para elevadores e sistemas de prevenção e combate a incêndio.

QUESTÃO 46

Observe o quadro a seguir.

Insumos para execução de 1,0 m³ de passeio com piso de concreto moldado in-loco, com acabamento convencional não armado			Composição para preparo manual de 1,0 m³ de Concreto Traço:1,0:2,7:3,0 (massa seca para piso de calçada)		
Concreto Traço 1,0:2,7:3,0	1,20	m³	Servente	2,0	h
Pedreiro	1,50	h	Brita	0,6	m³
Servente	3,20	h	Cimento Portland	300	kg
Carpinteiro	1,60	h	Areia Média	0,8	m³
Prego	0,30	kg			
Sarrafo	6,00	m			
Desmoldante	0,05	litro			
Preços dos insumos (R\$)					
Insumo	R\$		Unidade		
Cimento Portland	35,00		Saco de 50 Kg		
Areia Média	125,00		m³		
Prego	10,00		Kg		
Brita	75,00		m³		
Sarrafo	3,50		m		
Desmoldante	20,00		litro		
Pedreiro	30,00		hora		
Servente	25,00		hora		
Carpinteiro	35,00		hora		

O quadro apresenta os insumos para a execução de passeio com piso de concreto, a composição para preparo do concreto e os custos dos insumos. Desprezando os encargos trabalhistas e o BDI e, considerando os dados apresentados no Quadro, o preço unitário para a execução de piso de passeio com concreto moldado in-loco, com acabamento convencional é de aproximadamente:

- (A) R\$ 692,00/m³.
- (B) R\$ 562,70/m³.
- (C) R\$ 405,00/m³.
- (D) R\$ 320,50/m³.

QUESTÃO 47

Observe o quadro a seguir.

Insumo	Unidade	Índice
Azulejista	h	0,60
Ajudante	h	0,30
Cerâmica	und.	2,78
Argamassa	Kg	6,80

O quadro indica a composição de insumos por m² de assentamento de um piso cerâmico. Desprezando o rejunte e, considerando os dados do quadro apresentado, uma equipe com 2 azulejistas e 1 ajudante, trabalhando em uma jornada de 4 horas diárias, precisaria de quantos dias para executar o assentamento de 48 m² de piso cerâmico?

- (A) 15 dias.
- (B) 10 dias.
- (C) 5 dias.
- (D) 2 dias.

QUESTÃO 48

A composição do BDI (Benefício e Despesas Indiretas) é crucial para a determinação do Preço de Venda (PV) das obras públicas. Considerando um Preço de Venda (PV) de R\$ 920,00, definido por um serviço de engenharia, executado dentro de um período de 8 horas, por um profissional da construção civil, cujo custo foi de R\$ 50,00 a hora, onde foram incididos 100% de encargos sociais e complementares, a porcentagem de BDI empregada foi de

- (A) 5%.
- (B) 10%.
- (C) 15%.
- (D) 20%.

QUESTÃO 49

Observe o quadro a seguir.

CUSTO DOS INSUMOS				
Insumo	Unidade	Quantidade	Custo (R\$)	
		total	Unitário	Total
Pedreiro	h	40,00	30,00	1.200,00
Carpinteiro	h	21,00	35,00	735,00
Operador de betoneira	h	28,00	9,30	260,40
Servente	h	56,00	19,00	1.064,00
Aluguel betoneira	h	80,00	3,20	256,00
Módulo Meio fio	m	5,20	25,00	130,00
Piso Tátil	m ²	60,00	27,30	1.638,00
Sarrafo 5 x 10 cm	m	48,00	9,50	456,00
Argamassa	kg	360,00	1,50	540,00
Cimento	kg	475,00	0,95	451,25
Areia Média	m ³	5,80	59,00	342,20
Brita #1	Kg	23,20	7,20	167,04
TOTAL:			7239,89	

O quadro apresenta os custos de insumos de uma obra de engenharia. Considerando os insumos e o custo total de R\$ 7.239,89 da obra em questão e, utilizando os critérios de definição da Curva ABC, os itens que contemplam a faixa A da curva são:

- (A) Piso tátil e pedreiro.
- (B) Piso tátil, pedreiro e servente.
- (C) Pedreiro, carpinteiro e servente.
- (D) Operador de betoneira e módulo de meio fio.

QUESTÃO 50

O Sistema de Custos Rodoviários (SICRO) do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) faz uma distinção clara entre tempo produtivo e tempo improdutivo dos equipamentos, o que é fundamental para o cálculo dos custos horários nas obras. Um serviço de terraplenagem com trator de esteira possui custo-horário produtivo (CHP) de R\$ 120,00 por hora, custo-horário improdutivo (CHI) de R\$ 40,00 por hora, coeficiente de produtividade de 40 m³/h e o fator de utilização igual a 0,75. O serviço em questão exige 8 horas diárias de trabalho, sendo, o custo-horário do operador (CHO) igual a R\$ 40,00. O Custo Unitário Direto (CUD) por metro cúbico (m³) do serviço de terraplenagem com trator de esteira, considerando o custo do equipamento e o custo da mão de obra de operação, segundo a metodologia SICRO, é de:

- (A) R\$ 28,00/m³.
- (B) R\$ 12,00/m³.
- (C) R\$ 3,50/m³.
- (D) R\$ 2,50/m³.

RASCUNHO

PROVA DISCURSIVA

Questão 01

Leia o caso a seguir.

A Prefeitura de Senador Canedo – GO, depois de contratar uma empresa para a prestação de serviços de manutenção de pavimentação asfáltica da rede viária urbana (correção da pavimentação, recapeamento e tapaburacos), identificou custos elevados e vários registros de reclamações recorrentes sobre a demora na realização dos serviços de correção, além da frequente reincidência de problemas com deslocamento e abertura de buracos no asfalto em alguns bairros onde o serviço havia sido recentemente realizado.

Elabore um Relatório de Auditoria Operacional para avaliar a economicidade, a eficiência e a eficácia da gestão do contrato do serviço de manutenção de pavimentação.

(100 pontos)

FOLHA RASCUNHO

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30